

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	-3. FEV. 1980	COMÉRCIO DO PORTO
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA
DIA		CAPITAL
DIÁRIO		TARDE
A TRIBUNA		
PRIMEIRO DE JANEIRO		
JORNAL DE NOTÍCIAS		

Sectores mais progressivos estão subalternizados na AD

A afirmação é de Teresa Ambrósio, deputada do PS, que sublinha o facto de a "componente conservadora ser a predominante na Aliança Democrática"

Entrevista de Simões Ilharco

A deputada do PS Teresa Ambrósio salienta, em entrevista ao «DN», que «os sectores mais progressivos da AD estão subalternizados». Criticando a acção deste Executivo, que — no seu entender — procura transferir as atenções da população não para o que faz internamente mas para os acontecimentos internacionais, Teresa Ambrósio diz que este procedimento lhe faz lembrar um pouco aquele adágio popular que diz: «Se não queres que falem da tua casa, fala do teu vizinho...». Noutro passo das suas declarações, a deputada socialista condena as promessas «irresponsáveis e demagógicas» que a AD fez durante a campanha eleitoral, as quais — diz — «não podem ser cumpridas». Durante a entrevista, a estratégia do PS, os «tecnocratas», os «históricos» e a forma de estar dos socialistas como partido de oposição, são também analisados por Teresa Ambrósio.

«DN» — Qual a razão por que não aceitou integrar-se no Secretariado do Partido Socialista?

T. A. — Fui, na realidade, contactada por Vítor Constâncio, António Guterres e Jorge Sampaio que viam com agrado a minha inclusão no Secretariado do PS. Estou sempre disposta a considerar a aceitação de cargos de que o partido me queira encarregar, mas, desta vez, como em outras anteriores, considero que não está dentro dos meus projectos políticos, na minha forma de actuação político-partidária, responsabilizar-me por altos cargos directivos, como é o caso de secretário nacional, além de que, neste momento, não tenho grande disponibilidade de tempo e interesse para esses mesmos fins. Um cargo dessa responsabilidade executiva está sempre muito mais adequado ao tipo de personalidade política que é capaz, a cada momento, de responder a variadas questões, de estar sempre em cima da decisão e ter uma capacidade muito grande de comunicação com as massas.

«DN» — Não se julga, portanto, possuidora desses atributos?

TA — Não é por uma questão de falta de confiança ou de falsa modéstia, que não me considero um político de resposta rápida. Gosto, sim, em



Teresa Ambrósio: «A política externa deste Governo põe em causa o prestígio de Portugal no contexto internacional»

toda a minha actuação política, de manter um certo distanciamento espaço-temporal relativamente aos problemas. Esse distanciamento permite-me uma capacidade de estudo, de análise crítica e de reflexão dos problemas e permite-me, também, a tomada de decisões mais fundamentadas. A minha maneira de ser não me vocaciona para um alto cargo partidário, sobretudo num momento em que se pede rapidez de decisão, capacidade de comunicação e eficiência. Poder-me-ia, tornar, de facto, um elemento incómodo e não queria que assim fosse. Creio que os que foram eleitos estão mais bem preparados para exercer os seus cargos. Aliás, os principais dirigentes do meu partido sabem isso tão bem como eu.

«DN» — Como interpretou a remodelação do secretariado do PS, com a queda dos «históricos»?

TA — Como consequência directa e coerente das decisões tomadas maioritariamente na Comissão Nacional. O que aqui foi decidido aponta para a execução de uma linha estratégica que obriga a uma unidade e coerência de actuação e que, naturalmente, seria difícil de ser assumida por quem não está de acordo com essa mesma linha.

A estratégia do PS

«DN» — Quer isto dizer que a actual estratégia do PS, saída do Porto, é incompatível com as posições dos «históricos»?

TA — É incompatível, principalmente, com as prioridades apontadas pelo documento apresentado pelos «históricos», mas podemos estar todos de acordo que será necessário ao partido um debate amplo e uma reorganização que dêem ao PS uma identidade mais própria e afirmativa.

«DN» — É a chamada estratégia da afirmação?

TA — É essa e também a da interiorização. Porém, dada a conjuntura política nacional e sem descurar a organização e uma melhor definição do projecto político do partido, urge orientar os esforços para ganhar as eleições em 1980 e ganhar também indirectamente as eleições presidenciais através de um candidato do PS.

«DN» — Antes de falarmos no candidato do PS, gostaria de lhe colocar a seguinte questão: não se tem identificado muito com os «tecnocratas»

nem com os «históricos», apesar de ter subscrito o documento «Reflexão Militante». Poderá considerá-la uma franco-atiradora dentro do partido?

T. A. — Costumo dizer, de uma forma anedótica, que sou uma franco-atiradora com todas as vantagens e desvantagens que daí decorrem. Na realidade subscrevi esse documento a que alude, mas ele não representava nenhuma tendência dentro do partido, mas apenas uma expressão crítica. Aquilo a que a Comunicação Social apelida de «tecnocratas», «históricos» e «moderados» não representa para mim tendências no partido.

«DN» — Então, o que são? Invenções da Comunicação Social?

TA — De modo nenhum. Existem realmente grupos que têm entre si afinidades resultantes de amizades forjadas em lutas clandestinas, em períodos difíceis, como é o caso dos «históricos»; e outros que correspondem a uma mesma geração universitária, como uma expressão cultural mais homogênea, com um discurso político particular; e, ainda, um mero grupo de amigos vinculados entre si por actuação tática.

«DN» — E a Teresa Ambrósio não faz parte de nenhum grupo?

TA — Não faço parte de nenhum grupo, se bem que, como defendi no documento «Reflexão Militante», ache que deveria haver tendências reconhecidas dentro do partido. No entanto, concebo as tendências como linhas bem definidas caracterizadoras de uma forma de implantação do projecto político do PS e não como agrupamentos de pessoas em torno de lideranças pessoais. Isto pressupõe uma riqueza ideológica em confronto, um debate que ainda não foi possível fazer dentro do PS, mas não significa que não estejam já explicitas algumas dessas linhas. Podemos verificar que há quem defenda o projecto político mais assente nas forças clássicas e tradicionais dos movimentos socialistas, traduzidos por determinada concepção de Estado e organização económica e social.

«DN» — São os «históricos»...

TA — Sim. E outros há que se integram nas tendências do movimento socialista da Europa Ocidental em que o projecto

de construção da nova sociedade conta, sobretudo, com a procura de novas formas, talvez inéditas, de reestruturação social e económica e com o apoio de todos os grupos sociais que têm em si capacidade de transformar.

«DN» — São os «tecnocratas»...

TA — Não só. São todos aqueles que representam uma nova geração da esquerda democrática que traduz o movimento cultural do socialismo. Claro que me incluo nessa nova geração da esquerda democrática e gostaria de contribuir para a contínua busca da sua concretização na realidade portuguesa.

«DN» — Costuma concordar com as posições do dr. Mário Soares?

TA — Estou profundamente de acordo com o secretário-geral quando, por múltiplas vezes, afirma que o PS em Portugal tem de ser um partido amplo, alargado, onde se reconhecem todas as forças progressistas capazes de contribuir para a prossecução dos objectivos do socialismo democrático. E' neste sentido pois, que actuo, com opção, mas também como temperamento, procurando o diálogo com todos os grupos dentro do partido e analisando o que cada um tem de positivo para a realização daquela meta.

Candidato do PS às presidenciais

«DN» — Considera o dr. Mário Soares líder incontestável do PS?

T. A. — É indiscutível que o dr. Mário Soares é uma personalidade política da maior relevância, com muito prestígio e peso na vida política nacional. É também indiscutível que o prestígio do PS e a sua implantação na vida política nacional dele dependem em larga escala. E é também, e ainda, indiscutível que o futuro do PS e o papel que ele tem de desempenhar no equilíbrio e na dinâmica política do País dependem em grande parte da personalidade do dr. Mário Soares, pois ele é o líder natural e incontestável do PS.

«DN» — Falemos, agora, do candidato do PS às presidenciais. Poderá ser o general Ramalho Eanes?

TA — Como o PS tem afirmado é ainda demasiado cedo para se aventarem candidaturas e nomes para a Presidência da República. O País vai passar por algumas situações que vão servir de teste a forças políticas e a personalidades. E, no entanto, de mínima justiça reconhecer que o general Ramalho Eanes, tem exercido o seu cargo com verticalidade, quase diria, com apuro militar, sobriedade, dignidade e intransigência a tudo o que procure desvirtuar o regime político e as grandes linhas básicas da Constituição, o que lhe granjeou um grande apoio da população e lhe dá hoje uma imagem de segurança e confiança para o futuro, além do prestígio internacional que alcançou.

Creio que é de elementar justiça reconhecer nele o que afirmo, pese algumas tomadas de posição com as quais o PS não concordou.

A hipótese de os socialistas o apoiarem na sua eventual recandidatura não está de forma alguma excluída. É uma hipótese, entre outras.

«DN» — Retomando a situação no PS, há quem diga que a entrada de Carlos Laje para o Secretariado, bem como de Luís Filipe Madeira e António Esteves, todos considerados da ala esquerda, visou esbater uma eventual viragem à direita que a queda dos «históricos» poderia deixar supor. Concorda com esta análise?

TA — Não concordo, de modo algum. Creio que esses novos elementos trazem a marca do rejuvenescimento do Secretariado, além de serem uma promessa de eficiência e de lealdade face às decisões estratégicas tomadas pela Comissão Nacional. Portanto, não estou de acordo com o que referiu e sublinho que os novos membros do Secretariado são militantes bem conhecidos e aceites no partido e com provas dadas em cargos que já desempenharam anteriormente.

«DN» — Concorda com o dr. Jaime Gama, quando ele afirma que a estratégia do PS não deve assentar na possível desagregação da AD?

TA — Concordo. Aliás, a tes no partido e com provas documento aprovado maioritariamente na Comissão Nacional também não defende essa estratégia. A AD constitui hoje, na sociedade portuguesa,

(Continua na 6.ª página)



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	-3. FEV. 1980	COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Entrevista com Teresa Ambrósio

(Continuado da 3.ª página)

um bloco de direita com características políticas de um conservantismo e de um liberalismo bem marcantes, apesar de existirem dentro dela personalidades, grupos formais ou informais, cujos princípios são mais progressivos mas que estão subalternizados.

«DN» — *Está a referir-se aos «reformadores»?*

TA — Sim. E a outros.

«DN» — *Para si, a componente essencial da Aliança é a conservadora?*

TA — Sem dúvida. Foi assim que ela se apresentou ao eleitorado. Foi assim que ela se caracterizou nos documentos de divulgação em que alguns dos seus elementos teriam dificuldades em se reconhecer. Foi e é assim que ela tem actuado no Governo. Por outro lado, é justo reconhecer que os mentores da AD são minimamente inteligentes para tudo fazerem a fim de evitar a desagregação da Aliança até às eleições de Outubro, data do grande teste. Nós não apostamos na desagregação da AD. Se ela se verificar é porque alguns elementos, em dado momento, não se poderão sentir mais solidários, sob pena de perderem a sua identidade. Mas isso diz respeito à AD.

«DN» — *Como julga que o PS deve actuar na oposição?*

TA — Oposição correcta, firme, sobretudo, visando a explicitação clara do que, do ponto de vista do PS, deve ser feito para resolver cada problema concreto, ponde bem em claro o que diferencia o projecto político do PS e o projecto da AD.

A política externa

«DN» — *Qual a sua opinião sobre a actuação do Go-*

verno? Tem actuado quem ou além do que esperava?

TA — Nem quem, nem além. Tem estado de acordo com o que esperava. Até agora, na incapacidade e impossibilidade, que era evidente, de realizar as promessas que fez ao eleitorado. Recordo algumas demagógicas como a contenção do custo de vida, da inflação, da melhoria de vida, da saúde e educação. Tudo isto não transpôs o «marginalismo» do Governo. Antes pelo contrário, o Executivo procura transferir as atenções da população não para o que faz internamente, mas para os acontecimentos internacionais. Faz-me lembrar um pouco aquele dito popular que afirma: «Se não queres que falem da tua casa, fala do teu vizinho...» A actuação predominante do Governo tem sido a do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o qual vem praticando uma lamentável mudança da política externa portuguesa, sem a menor consideração e respeito pelo que de altamente positivo tem vindo a ser feito nos últimos governos, quaisquer que eles tenham sido, e com desrespeito por outros órgãos de soberania que têm também interferência na política externa. Isto tudo é muito grave pois o prestígio alcançado por Portugal, a linha que vinha a ser defendida e cujo representante máximo era o Presidente da República estão a ser postos em causa, com a agravante ainda de Portugal, que vinha vindo a marcar uma posição de particular relevo no contexto internacional, poder passar a ser, exclusivamente, um pequeno país subserviente e servil de outras estratégias de actuação ditadas pelas grandes potências.

«DN» — *Mas acha que poderá haver um conflito grave entre o Governo e o Presidente da República devido à política externa?*

TA — Confio no bom senso e na honestidade política dos

actuais governantes, que nada teriam a ganhar, e muito menos a democracia portuguesa, se persistirem no agravamento de conflitos e das tensões já por si provocadas entre os órgãos de soberania. Neste campo da política externa, como noutros, o Presidente da República e o Conselho da Revolução têm uma palavra a dizer e uma missão a cumprir. Tem que ser respeitadas e não podem ser marginalizadas.

«DN» — *Como encarou a recente subida de preços?*

TA — Era tão natural a elevação dos preços dos combustíveis e muito provavelmente de outros produtos nos primeiros meses de 80 que considerei de uma responsabilidade inadmissível a forma ligeira e demagógica como foi conduzida a campanha eleitoral da AD a este respeito, pois não contribuiu para o esclarecimento da população face à crise internacional em que estamos imersos. Uma vez chegada ao Poder, a AD procede como se fosse senhora exclusiva deste país, procedendo ao aumento dos combustíveis sem prestar esclarecimentos públicos, se não «a posteriori», e ignorando o parecer da oposição e dos parceiros sociais. Isto não é nenhum ataque pessoal ao ministro Cavaco e Silva, mas a AD aumentou os preços sem dar cavaco a ninguém...

«DN» — *O caso Pintasilgo, salvaguardadas as devidas distâncias, é no seu entender comparável ao de Sakharov?*

TA — De forma nenhuma. Porque Lurdes Pintasilgo, apesar da forma afrontosa e ridícula como tem sido tratada por este Governo, não foi atingida internamente no prestígio e na popularidade que tem granjeado em muitos sectores da população portuguesa, além de que lhe resta um espaço de liberdade para continuar a explicitar e a defender

os seus pontos de vista que tem animado e, por certo, animarão um grande movimento cívico e cultural que espero que muito enriquecerão a vida política deste país.

«DN» — *Faz parte desse movimento?*

TA — Como amiga há muitos anos, desde a minha juventude, de Lurdes Pintasilgo, reconheço-me em muito das linhas de força do seu pensamento e, penso que, tal como eu, se encontram muitas outras pessoas de grupos políticos e sociais diferentes, as quais estão sempre abertas ao diálogo e ao confronto com novas correntes de pensamento que alargam os horizontes culturais do nosso país.

«DN» — *Esse movimento ou será um movimento próximo do PS ou então irá colidir provavelmente com o espaço eleitoral dos socialistas...*

TA — Repare que eu falo em movimento cívico, mas não vejo nada por ora institucionalizado. Apercebo-me que existe uma corrente de opinião, uma forma de encarar a vida política como afirmação de valores essenciais ao enriquecimento da sociedade civil e da prática da democracia numa perspectiva aberta e progressista. Deste modo, penso que esta é uma das correntes de pensamento e cultural que não só não colide com o espaço eleitoral do PS, como até o pode enriquecer, na medida em que sublinha valores que pertencem ao amplo movimento de esquerda democrática que o PS se propõe liderar e dinamizar.

«DN» — *Uma última pergunta: quer comentar a afirmação da deputada Helena Roseta, segundo a qual não haverá qualquer aliança entre a AD e o PS...*

TA — Estou plenamente de acordo com a minha amiga deputada Helena Roseta: aliança com a AD, nunca... Mas só aí concordo com ela.